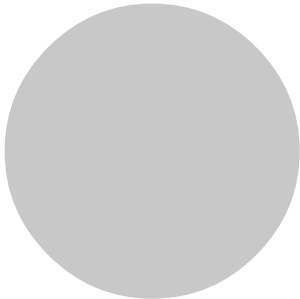
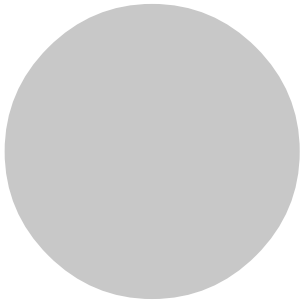


# ACESSIBILIDADE EM AMBIENTES CULTURAIS: PESQUISAS CIENTÍFICAS



Eduardo Cardoso  
Jeniffer Cuty  
Organizadores



2021

Os conteúdos e imagens de cada artigo são de inteira responsabilidade de seus autores.  
Todos os direitos são reservados aos mesmos.

**CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO**  
**BIBLIOTECA**

---

A174    Acessibilidade em ambientes culturais : pesquisas científicas. / Eduardo Cardoso, Jeniffer Cuty, Organizadores. — Porto Alegre : Marca Visual, 2021.  
165 p. : il. color.

ISBN 978-65-89263-10-4

1. Acessibilidade. 2. Espaço cultural. 3. Patrimônio cultural. 4. Pesquisa científica. I. Cardoso, Eduardo. II. Cuty, Jeniffer Alves.

CDU: 930.85

---

# VALORAÇÃO DE ACERVOS: UM DESAFIO EPISTEMOLÓGICO PARA OS DIREITOS HUMANOS E O AMPLO ACESSO AO PATRIMÔNIO CULTURAL

## *VALUATION OF COLLECTIONS: AN EPISTEMOLOGICAL CHALLENGE FOR HUMAN RIGHTS AND WIDE ACCESS TO CULTURAL HERITAGE*

*Miriam Moema Loss*

mmoema@ufrgs.br

Mestre em Museologia e Patrimônio, UFRGS.

*Jeniffer Cuty*

jcuty@ufrgs.br

Doutora em Planejamento Urbano, UFRGS.

### RESUMO

Este artigo parte de uma reflexão necessária sobre valoração de acervos museológicos e bibliográficos, de modo a pensar inclusão e direitos humanos no sentido lato. Discutimos as teorias sobre valoração de acervo bibliográfico, enquanto patrimônio histórico, cultural e científico de uma biblioteca em diálogo com as inquietações mais contemporâneas da Museologia e da Ciência do Patrimônio. Com as informações coletadas por meio da dissertação de Mestrado de uma das autoras, pode-se obter um panorama específico sobre atribuição de valor ao acervo de livros de bibliotecas, para verificar quais fatores serão considerados no momento

de analisar os itens que compõem a coleção, quais deles disponibilizar-se-ão para todos, contemplando as noções de acessibilidade e inclusão. Essa análise deverá considerar a importância da coleção para o desenvolvimento da área do conhecimento a que pertence, bem como para compor, de forma fundamentada e justificada, o patrimônio geral da instituição. Tem por base a etapa da metodologia de gerenciamento de riscos em acervos, proposta pelo International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property (ICCROM).

**PALAVRAS-CHAVE:** Patrimônio Cultural. Valoração de Coleções. Direitos Humanos. Bibliotecas. Museus. Inclusão Social.

## **ABSTRACT**

This paper starts from a necessary reflection on the valuation of museological and bibliographic collections, in order to think about inclusion and human rights in the broad sense. We discussed the theories on the valuation of the bibliographic collection, as a historical, cultural and scientific heritage of a library in dialogue with the most contemporary concerns of Museology and Heritage Science. With the information collected through the Master's dissertation of one of the authors, it is possible to obtain a specific panorama on the attribution of value to the library book collection, to verify which factors can be taken into account when analyzing the items that compose the collection, which ones will be made available to everyone, contemplating the notions of accessibility and inclusion. This analysis should consider the importance of the collection for the development of the area of knowledge to which it belongs, as well as to compose, in a reasoned and justified way, the general patrimony of the institution. It is based on the stage of the collections risk management methodology, proposed by the International Center for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property (ICCROM).

**KEYWORDS:** Cultural Heritage. Valuation of Collections. Human Rights. Libraries. Museums. Social Inclusion.

## INTRODUÇÃO

Este artigo parte de uma carência reflexiva, no âmbito do patrimônio e dos estudos de memória, sobre valoração de acervos. Dispomos de referências datadas acerca deste tema e de propostas de instrumentos metodológicos para identificação de valores; no entanto, entendemos que este estudo precisa estar ancorado na realidade social. Assim como os conceitos e as categorias de análise são dinâmicas, respeitando a transformação da sociedade e enfrentando necessárias mudanças de paradigmas, os processos de valoração do patrimônio precisam estar em diálogo íntimo com o que somos como sociedade, afinal, o patrimônio nos representa nos nossos orgulhos e nas nossas mazelas.

Bibliotecas e museus são instituições antigas na trajetória da humanidade, bem como são lugares de acesso aos produtos humanos mais qualificados, aqueles que nos possibilitam conhecer a diversidade do pensamento e dos fazeres humanos e vislumbrar novos trajetos. Diante da imensa produção que chega a esses ambientes, os mecanismos de documentação, conservação e pesquisa se fazem primordiais para que livros e objetos, de procedências diversas, permaneçam à disposição de usuários, públicos e pesquisadores, pessoas com deficiência, minorias étnicas e políticas e estrangeiros. A noção proposta por Ulpiano Bezerra de Menezes de que museu é um espaço de produção de conhecimento (2002) o aproxima da missão da biblioteca, no sentido lato. Outra compreensão relevante para este preâmbulo é a de museu integral, proposta na Mesa de Santiago do Chile, de 1972, conforme Primo (1999). Nesse importante evento, profissionais e pesquisadores do patrimônio estiveram reunidos para firmar uma mudança fundamental a ser reconhecida, a de que os museus e os acervos são resultados da sociedade nas suas diversas formas, nas suas especificidades, nos seus princípios norteadores e, mais do que isso, devem permanecer em diálogo com os grupos sociais, retroalimentando-se com suas rotinas e com suas excepcionalidades, de modo que o museu e, mesmo as bibliotecas, não mais se restrinjam a partir de e para a aristocracia e os grupos privilegiados.

Evidenciamos, portanto, com este caminho reflexivo que a gênese da preservação é a valoração dos acervos e que o sentido primordial de preservar é dar amplo acesso a tudo o que identificamos como valor social, valor cultural e valor científico, entre outros. Os valores são identifica-

dos na primeira mirada dos sujeitos sobre o patrimônio e seguem em transformação no ambiente do museu e da biblioteca, sendo devolvidos à sociedade potencializados.

Há, certamente, posturas equivocadas diante das coleções museológicas e bibliográficas, um desconhecimento sobre princípios e práticas e, sobretudo, uma postura crítica incipiente diante das demandas de acesso, de fruição e de construção do conhecimento que o patrimônio nos possibilita. Há, ainda, uma sacralidade mantida na relação dos acervos, que impede muitos profissionais de entrarem em reservas técnicas de museus para realizarem rotinas de conservação, de pesquisa e de permanente inventário em acervos abertos. Essa noção superada de que o patrimônio representa as relíquias da sociedade e é de acesso a poucos deixou suas marcas entranhadas nas dinâmicas junto aos acervos.

A responsabilidade das instituições em relação à preservação e ao conhecimento sobre o valor das suas coleções serve como ponto de partida para a efetiva proteção desses acervos e para investimentos de toda ordem. A pesquisa sobre os acervos precisa estar no cotidiano das instituições, como uma prática responsável de conservação e de intervenção – quando acordada em termos científicos e éticos – no patrimônio. Além disso, o olhar atento sobre as transformações sociais é um ato fundamental para todo o trabalho junto aos acervos, sobretudo no que tange à valoração, pois os valores identificados nos objetos se alteram e se ampliam em conjunto com a sociedade. Na década de 1960, acompanhamos a publicação da obra de Cesare Brandi, a qual nos trouxe a proposta de análise das instâncias histórica e artística sobre monumentos, bem como o valor de ruína. Nessa lista de valores, encontramos o valor de testemunho, qualificado pela discussão de antimonumento ou antipatrimônio ou ainda diante das atrocidades cometidas pelo ser humano sobre outros seres humanos. Dever de memória é o imperativo categórico que dinamiza esse valor. Valor de diversidade igualmente nos compõe na nossa humanidade e civilidade.

A possibilidade de poder analisar com maior profundidade um acervo e identificar nele valor/es deve ser uma prática cotidiana que instaura a pesquisa (museológica) no caso de museus e a pesquisa no ambiente dos acervos bibliográficos. A valoração do acervo, com base na sua unicidade ou ainda na sua relevância para a área, adverte à instituição sobre

a importância de preservar seu patrimônio e assegurar sua continuidade para as futuras gerações de pesquisadores.

Para melhor compreender as relações de valoração nos acervos, vamos incitar a discussão teórica sobre as questões que envolvem o termo valor. Para isso, utilizaremos a abordagem da Axiologia, ramo da Filosofia que centra no estudo da natureza dos valores e juízos valorativos, e da dialética da valoração e da patrimonialização, aplicadas ao acervo bibliográfico.

Nos acervos, reside a história das áreas do conhecimento e das instituições e é nas bibliotecas que os usuários ou os leitores têm acesso ao conjunto de informações que vai permitir desenvolver e ampliar sua cultura e seu conhecimento. O acervo bibliográfico, em geral, é utilizado pelos usuários das bibliotecas de forma intensiva. Esse uso nem sempre é orientado no sentido da conservação do suporte material de cada item, o que dificulta a manutenção dos exemplares.

O que fazer com esse acervo que não é mais utilizado (no caso de bibliotecas)? Ele perdeu sua importância definitivamente? Apesar de não ser mais utilizado, ele possui algum valor? O que a instituição poderá fazer para manter esse acervo ou ela deve simplesmente se desfazer dele? Sabendo que o livro impresso é considerado patrimônio, não se pode simplesmente se desfazer do item sem ao menos abrir um processo que percorre todas as instâncias administrativas da instituição para obter a autorização de eliminá-lo. Por isso, uma análise pormenorizada dos itens que compõe o acervo é fundamental para que se possa avaliar e atribuir o valor que cada um possui no desenvolvimento das áreas do conhecimento a que estão vinculados.

Na metodologia de gerenciamento de riscos, conhecer o valor da coleção se constitui em uma etapa fundamental, pois é a partir desse processo que se define estratégias de conservação e preservação do acervo, no sentido de indicar quais itens terão prioridade no processo de manutenção e salvaguarda da coleção. É o momento de parar e olhar profundamente para o acervo, sua constituição, sua história, sua trajetória. A metodologia trabalha com o conceito de perda de valor dos itens submetidos aos agentes de degradação do acervo.

## COLEÇÕES

A necessidade de colecionar, eleger, reunir e guardar objetos se constitui numa prática comum na formação da civilização humana. Não só objetos, mas também os registros do conhecimento, apresentados tanto em placas ou tabletes de argila como em rolos de pergaminho, o que equivaleria a nossos livros hoje em dia, eram mantidos em grandes salões de acesso a poucos privilegiados.

As bibliotecas, desde os primórdios da humanidade, são as responsáveis pelo armazenamento e pela preservação dessas coleções que trazem no seu interior registros do conhecimento produzidos pelo homem. Essas coleções eram privadas, de propriedade da realeza, do clero e das classes mais abastadas. Muitas eram originárias de saques de guerra de outras regiões e de povoados.

Esses locais, em geral, guardam acervo impresso, de forma cumulativa: trata-se de obras em suporte de papel, cuja preservação se torna relativamente complexa por não se ter ambientes adequados de armazenamento e por se constituírem em materiais passíveis de empréstimo domiciliar, o que os expõe a prováveis danos em função do uso contínuo, aos riscos de destruição e degradação causados por variáveis como temperatura e umidade relativa, vandalismo, roubos, poluentes, agentes biológicos, entre outras.

Traçando um paralelo com os museus, em relação à formação das coleções, as bibliotecas mantêm registros dos seus itens, de forma específica, informando dados referentes à forma de aquisição (compra, doação ou permuta), data, preço, identificação do fornecedor (pessoa física ou empresa), entre outros. Dados esses que também estão presentes nas fichas de registro de peças dos museus, além de informações referentes às especificidades de cada objeto. Existe uma intenção semelhante em registrar formalmente a descrição dos itens que compõem as coleções.

A inexistência de programas específicos de preservação de acervos impressos tem determinado o descarte indiscriminado de partes dessas coleções, embora tenham algum valor histórico ou de uso que justifique sua preservação. A falta de espaço físico também costuma ser o principal fator de eliminação de obras antigas e de baixo uso, pois uma coleção em crescimento contínuo privilegia sempre as obras mais atualizadas.



## VALORAÇÃO DO ACERVO

Para a maioria das instituições, grande parte dos seus acervos bibliográficos não possui valor permanente. Eles são de interesse atual e devem ser protegidos contra a deterioração e contra os danos, a fim de manter sua utilidade durante o maior período de tempo possível. Verificar se a coleção ou o item tem ou não valor intrínseco, determinando seu valor enquanto artefato ou então seu valor monetário, associativo ou simbólico, torna-se essencial para definir as prioridades na escolha dos tratamentos adequados de conservação.

Segundo o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,

o patrimônio material [...] é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza [...] arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. [...] divididos em bens imóveis [...] núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e móveis como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos. (INSTITUTO..., 2014, grifo nosso)

O acervo bibliográfico, considerado como patrimônio material da instituição, deve ser constantemente avaliado e analisado nos seus aspectos de preservação, conservação, conteúdo histórico e de memória da área do conhecimento a que está vinculado. Ao conhecer profundamente os itens que compõem o acervo, assim como o seu contexto, podemos efetivamente verificar sua importância para a instituição. Essa importância será representada individualmente pelo valor que é atribuído ao item ou pelo conjunto de itens que formam a coleção, devidamente reconhecido pela comunidade ou sociedade sendo, portanto, passível de ser transmitido e conservado para acesso às gerações futuras.

De acordo com a conservadora-restauradora Lorete Mattos,

Nosso patrimônio cultural mais importante está, em geral, aos cuidados do Estado que deveria atuar como fiel depositário e zelar pelos bens que pertencem a todos nós, mas nem sempre esta é a realidade.

Quando a direção de instituições encarregadas da guarda e conservação de patrimônio é ocupada politicamente por burocratas alheios às intrincadas questões que atravessam esta atividade, cria-se uma condição de alto risco para a manutenção de sítios e coleções. (MATOS, 2018, p. 368)

Segundo Bojanoski, “[...] a noção de patrimônio é mais abrangente do que o colecionismo de objetos, uma vez que [...] incorpora inúmeros outros bens, como os monumentos, os conjuntos arquitetônicos, os sítios arqueológicos, as paisagens.” (BOJANOSKI, 2018, p. 28). Maria Cecília Londres Fonseca (1997) aponta a preocupação da Unesco com a ampliação da noção de patrimônio, desenvolvendo iniciativas para a valorização e preservação dos bens imateriais e naturais da humanidade.

Desta forma, valorar um acervo se constitui numa tarefa extremamente complexa, uma vez que atribuir valor a algum material se torna quase uma questão subjetiva, estando invariavelmente ligada à experiência ou à visão de quem está fazendo a avaliação. Para minimizar esta subjetividade, o estabelecimento de critérios para valorar acervos se torna uma estratégia necessária, que, para Cuty, “[...] perpassa pela identificação de tendências e estilos de conservar de forma preventiva e restaurar bens culturais, ou seja, analisar ações objetivas sobre objetos, documentos, lugares para desvendar intenções técnicas e políticas de preservação.” (CUTY, 2010, p. 130). Se inserirmos a lente de inclusão e acessibilidade como categorias centrais em Direitos Humanos ao Patrimônio, estaremos enfrentando a diversidade humana em sua potência máxima, a qual nos desafia a não perder de vista os significativos processos migratórios da atualidade, decorrentes de contextos em guerra ou seriamente desmantelados por necropolíticas. Teremos, pois, em mente que, conforme o censo do IBGE de 2016, “24% da população convive com algum tipo de deficiência” (CUTY; NISSINEM; WEYH, 2019, p. 26) e com inúmeras barreiras de toda ordem, sendo a atitudinal a mais opressora.

Muitos autores tratam do assunto, atribuindo classificações e categorias de análise ao definir e conceituar a palavra “valor”, que podem ser aplicados em diversas situações e para diversos tipos de materiais. No empenho de se chegar a uma metodologia de valoração que se adapte ao acervo bibliográfico impresso, é necessário percorrer o caminho das

definições e das teorias sobre o termo, buscando nos autores que tratam do assunto um suporte teórico apropriado.

O historiador de arte Alois Riegl, em sua obra *O Culto Moderno dos Monumentos*, publicada originalmente em 1903, analisou as razões pelas quais o patrimônio é valorizado, identificando e sistematizando os diferentes valores contidos nas obras de arte e nos monumentos. O autor traz a ideia de evolução e imortalidade de um acontecimento para identificar o valor histórico de um monumento, por ele definido como “[...] uma obra criada pela mão do homem e elaborada com o objetivo determinante de manter sempre presente na consciência das gerações futuras algumas ações humanas ou destinos (ou a combinação de ambos)” (RIEGL, 2016, p. 31).

Para Riegl, todo o valor é dado pelo indivíduo sendo, portanto, subjetivo. O valor histórico, para ele, é o mais abrangente e trata de tudo o que foi e não poderá voltar a ser. Tudo o que foi, forma o elo insubstituível e irremovível de uma corrente de evolução, sendo a evolução o ponto-chave de todo o conceito histórico moderno. Representa um estágio evolutivo de um domínio qualquer da atividade humana. Trata-se, nesse caso, de um valor objetivo, conforme Riegl (2016). O valor histórico, na concepção desse mesmo autor, é o mais abrangente, tanto maior quanto mais puramente se revela o estado original e acabado do monumento, tal como se apresentava no momento de sua criação.

Ao analisar os valores atribuídos historicamente aos monumentos, o autor supracitado estabeleceu uma diferença entre produções intencionais e não intencionais. As produções intencionais têm de, por atribuição, lembrar um determinado momento do passado. As produções não intencionais têm sua importância e o seu significado definido pelo sujeito. Em ambos os casos, a obra interessa em sua forma original, sem mutilações, na forma pela qual se tenta reconstruí-la pelo olhar ou pelo pensamento através de imagens ou de palavras. No primeiro caso, o valor de memória é concedido pelo autor; no segundo, é atribuído, de acordo com Riegl (2016) pelas pessoas.

O autor define duas tipologias gerais de valor: valor de memória e valor de atualidade, que também se subdividem em outras categorias mais específicas. O valor de memória, que se refere à representação de uma obra através do tempo, da origem ao tempo presente, divide-se em ou-

tras três categorias: valor de antiguidade, valor histórico e valor de memória ou de comemoração. Já o valor de atualidade, que se refere ao valor que a obra possui apenas por ser novidade, também chamado por Riegl (2016) de elementar, divide-se em outros dois tipos de valores: valor de uso ou de utilidade e o valor artístico ou valor de arte. A categorização e terminologia, descritas por esse pensador, deram origem a uma vasta bibliografia sobre valores em patrimônio cultural. A tipologia ainda é estudada nos dias de hoje, mas existem outros autores que elaboraram tipologias diferenciadas e com embasamento mais genérico e não só se referindo a monumentos.

Para Cesare Brandi, a conservação, como primeiro grau da restauração preventiva, vai procurar manter o status quo da obra, no sentido da não intervenção direta, mantendo a vigilância conservativa para a consolidação da matéria. A conservação deverá ser feita levando em consideração a sua instância histórica mais do que sua valoração atual, conforme assevera Brandi (2008). É a conservação que vai orientar a tomada de decisão para manter os objetos patrimoniais. Este pesquisador delimitou o campo da conservação ao tratamento dos valores artísticos e históricos dos objetos, por meio da ação nos elementos materiais. Para ele, conservar significa tratar os valores dos objetos.

A Carta de Burra, de 1980, afirma que o objetivo da conservação é preservar a significação cultural de um bem, direcionando a conservação para os valores do objeto, uma vez que a significação cultural se constitui no conjunto de valores ou significados atribuídos a um bem, tais como valor histórico, estético, científico ou social, todos tendo a mesma importância em relação às decisões de conservação (CONSELHO..., 1980). Segundo Silvio Mendes Zanchetti, a conservação está associada à manutenção das características físicas e materiais da obra, de forma que o seu valor possa ser plenamente apreciado, sem a perda do valor como objeto histórico. Está associada à permanência das qualidades estéticas, as quais são reinterpretações de cada época em relação aos padrões culturais vigentes. A conservação pode ser descrita por um conjunto de atos que compreendem a identificação, a análise, o julgamento e as decisões. Adverte que “Qualquer intervenção em um objeto patrimonial deve ser precedida de uma identificação das suas características e contexto e uma análise de valores.” (ZANCHETTI, 2014, p. 11)

Para Ballarti i Hernandez e outros, o valor é uma qualidade adicionada que os indivíduos atribuem a certos objetos que são merecedores de apreço. Segundo ele, a natureza humana é sensível a formas, texturas, cores, odores, em suma, às qualidades físicas diferenciadas dos objetos. O processo que deve seguir qualquer avaliação formal passa principalmente por atender a tudo aquilo que objetivamente inquieta a percepção sensorial do observador (BALLARTI I HERNANDEZ et al., 1996, p.219, tradução nossa).

Segundo Chris Caple, professor norte-americano da Durham University, especialista em conservação de artefatos, os valores podem ser agrupados em três categorias: os instrumentais, os simbólicos e os documentais. (CAPLE, 2000 apud ZANCHETTI, 2014). Os valores instrumentais se referem ao desempenho do objeto na sociedade como um elemento funcional, ou seja, executa uma função necessária para que a sociedade se reproduza (CAPLE, 2000 apud ZANCHETTI, 2014). Os valores simbólicos enfatizam os significados dos objetos. Eles dependem da cultura, passada e presente, e das relações sociais de uma comunidade. Tais valores assumem várias formas, como valores artísticos, religiosos, de poder, de riqueza e os valores de status social. Não são valores permanentes e tem como uma das formas mais poderosas o valor de troca, expressa em um valor monetário, que é uma manifestação da riqueza do proprietário. (CAPLE, 2000 apud ZANCHETTI, 2014). Os valores documentais, segundo Caple, tratam da documentação da passagem do tempo histórico, ou seja, o passado dos objetos. Esses valores estão expressos nos signos do objeto e estão diretamente relacionados ao tempo histórico. São marcas de antiguidade, pois atestam a veracidade da idade e da época histórica dos objetos, servindo como prova de autenticidade. (CAPLE, 2000 apud ZANCHETTI, 2014).

Em relação à conservação, os valores instrumentais, simbólicos e documentais possuem a mesma importância. Na análise da relevância do objeto é que o conservador vai definir a ênfase dos valores a serem tratados, dialogando, sempre, com a curadoria do museu ou a gestão da biblioteca.

Lorete Mattos em relação a isto, destaca:

[...] a seleção do que poderá ou deverá ser conservado partindo do pressuposto que, uma vez que os bens culturais estão expostos a uma infinidade de agressores, o que chega aos nossos dias é uma fração, nem sempre íntegra, de elementos do passado. Elementos materiais que carregam valores que, por sua vez, lhes confere um significado. [...] a passagem do tempo altera o significado dos bens e, embora tenhamos o suporte material, não teremos mais a percepção do seu significado tal como era percebido por seus contemporâneos. (MATTO, 2018, p. 374)

Em se tratando de acervo bibliográfico, o conceito de valor, tanto no seu aspecto econômico tangível - valor de reposição, valor de mercado, custos de aquisição, custos de restauração, valor de acesso (valor de fluxo), como no intangível ou simbólico - valor científico (valor de existência, valor educacional), valor histórico (valor de prestígio, valor de legado, herança), estado de conservação (valor da opção), pode ser apresentado a partir de diversas abordagens. Isto tudo “[...] para encontrar um significado que faça com que aquele bem deva permanecer acessível às gerações futuras [...]” (MATTO, 2018, p. 367).

No que se refere à atribuição de valor a um acervo bibliográfico, tendo como base seus aspectos relevantes e sua importância para o desenvolvimento de uma área acadêmica, pode-se agregar a contribuição de Bernard Darras, ao se referir aos produtos culturais:

Na medida em que [...] produtos culturais são reproduzidos e difundidos eles perdem seu valor e são continua e incansavelmente substituídos por outros. [...]. Bem mais tarde, quando alguns sobreviventes se tornarem raros e históricos poderão, graças a sua antiguidade, ser reciclados e conhecer um novo processo de valorização entrando no patrimônio das coleções. (DARRAS, 2009, p.27)

A partir dessa afirmação, pode-se inferir que o livro, como produto cultural, sofre também esse processo de perda de valor conforme sua disponibilidade no mercado ou, de forma inversa, quando ele terá uma valorização específica ao se tornar raro ou representante de um período histórico qualquer, constituindo-se em patrimônio ou objeto de cobiça.

Sobre esse aspecto, Bernard Darras afirma ainda que “[...] a extrema raridade ou preciosidade de certos objetos, ou a produção de objetos únicos ou a limitação na tiragem, leva a criar uma categoria de objetos excepcionais que escapam ao fluxo de mercadorias comuns para entrar na categoria de objeto de arte”, alertando para a maior importância ou maior valor que determinado objeto pode chegar, podendo se aplicar a livros, por apresentar tais características em relação ao seu meio de reprodução e/ou difusão (DARRAS, 2009, p. 28).

Alguns aspectos, em relação à maior valoração de determinada produção cultural, são destacados por Bernard Darras:

A autenticidade, a espiritualidade, a singularidade, a originalidade, a unidade, a universalidade, a perenidade permitem hierarquizar a produção cultural em razão de graus de superioridade e inferioridade. Centrada nessa noção de patrimônio universal e sobre o poder criativo incorporado nas obras pelo gênio humano e sua cultura, as concepções da Unesco contribuíram para a universalização dessa visão de cultura. (DARRAS, 2009, p. 29)

Neste sentido, cabe ter a consciência de que um acervo, seja de museu, seja de biblioteca, pode seguir uma hierarquia em relação a sua originalidade, conforme apontada por Bernard Darras em relação à universalização da cultura.

A reflexão que nesse momento se aplica é se essas questões podem figurar indicativos de determinada categoria de objetos no contexto geral de um acervo. A cada coleção caberá a sua avaliação e um estudo elaborado sobre sua origem, procedência, materialidade, propriedade e demais aspectos físicos de cada item, segundo os valores da cultura vigente, inserida social e historicamente. Propondo uma reflexão a respeito da valorização de bens culturais e políticas de preservação, Cuty (2010) pondera que: “[...] ao conservar um objeto, um documento ou um acervo, o conservador está preservando sua informação e os valores a eles identificados” (CUTY, 2010, p. 130). Assim, dar valor a um acervo pressupõe um exame profundo de cada item da coleção, exigindo uma metodologia que possa envolver todas as características deste tipo de acervo, bem como uma revisão arqueológica da gênese dessas metodologias.

O crescimento contínuo do acervo impresso, nas bibliotecas, tanto na quantidade de obras quanto de exemplares, aliado ao aumento gradativo da demanda pelo acesso, constitui grande desafio para manter o acervo em condições adequadas de uso e de armazenamento. No caso de museus, há coleções fechadas, porém, a maior parte das instituições museológicas seguem ampliando suas coleções e necessitando. Diante disso, há um aprimoramento constante dos processos de musealização.

Uma política de preservação de acervos, claramente expressa pela instituição, envolve uma criteriosa seleção dos itens que serão tratados no sentido de retardar ou estagnar os processos de degradação. A conservação considerada como um aspecto da gestão de acervos, segundo Sherelyn Ogden (2001), assemelha-se a outros processos de decisão administrativa como a distribuição de recursos entre as atividades e funções mais importantes, de acordo com a ordem de prioridades na missão da instituição. A autora acrescenta que a preservação do acervo de uma instituição pode ser dividida em duas categorias, a preservação preventiva que vai focar na deterioração dos acervos, em relação a sua integridade, e as medidas corretivas de preservação, utilizadas para remediar a deterioração física ou química; e a preservação corretiva, que consiste na utilização intensiva de mão-de-obra e exige a atuação de profissionais qualificados. Salvo o equívoco conceitual dessa pesquisadora em tratar conservação como preservação, o disposto acima marca uma mudança de paradigma iniciada ao final dos anos 1950 nos museus britânicos, a de considerar a identificação de danos causados pelo ambiente como foco de gestão dos acervos.

O termo preservação, mencionado por Sherelyn Ogden, foi atualizado a partir da XV Conferência Trienal do International Council of Museums - Committee of Conservation (ICOM-CC), em Nova Deli, no ano de 2008, na qual se definiu que os termos conservação, conservação preventiva, conservação curativa e restauração (ou conservação reparadora) serão utilizados ao se referir ao patrimônio cultural tangível. Desta forma, conservação diz respeito a “[...] todas as medidas e ações que visam salvaguardar o patrimônio cultural tangível, garantindo a sua acessibilidade às gerações presentes e futuras.” Ela compreende a conservação preventiva, a conservação curativa e a restauração. Todas estas



medidas e ações devem respeitar o significado e as propriedades físicas do bem cultural (INTERNATIONAL..., 2008).

Para desenvolver um planejamento de preservação, deve ser considerada a extensão e o conteúdo do acervo, para determinar o seu valor. No decorrer deste processo, segundo a autora, “[...] se percebe que, para a maioria das instituições (bibliotecas), grande parte do seu acervo não tem valor permanente.” Em geral se constituem em obras de interesse atual e devem ser protegidas contra a deterioração e os danos, a fim de se manter sua utilidade durante o maior tempo possível. Verificar se a coleção ou o item tem ou não valor intrínseco é necessário, para determinar seu valor enquanto artefato ou então seu valor monetário, associativo ou simbólico (OGDEN, 2001, p. 10).

Segundo Willi Gonçalves e outros (2012), a valoração de acervos se constitui em processo essencial para o gerenciamento de riscos e serve também como critério importante para o estabelecimento de prioridades na implementação de medidas para reduzir os riscos. Silvana Bojanoski, pesquisadora da área de Conservação, ao abordar a questão da preservação de materiais bibliográficos e documentais, em bibliotecas e arquivos, e a forma de acesso a esses materiais, considera que

[...] os acervos com características informacionais pressupõem que [...] serão disponibilizados e, em sua grande maioria, serão consultados e manuseados diretamente pelos usuários. Isso faz com que as instituições, dependendo de suas missões e públicos, desenvolvam várias estratégias de preservação, dentre as quais a microfilmagem ou digitalização dos seus acervos. Desta forma, a Conservação dos acervos bibliográficos e documentais é uma das etapas, dentro de uma política de preservação que engloba várias outras ações para prolongar a vida e dar acesso aos conteúdos informacionais dos vários suportes que constituem os acervos de bibliotecas e arquivos. A inserção da Conservação dentro de um âmbito maior estabelecido pelas políticas de preservação é uma característica das instituições que têm sob sua guarda os acervos informacionais. (BOJANOSKI, 2018, p. 79)

Em relação à valoração das coleções em bibliotecas, afirma: “[...] nas bibliotecas, [...] os itens que formam as suas coleções podem adquirir di-

ferentes valores definidos por suas missões e [pelo] público a ser atendido” (BOJANOSKI, 2018, p.79). Gaël de Guichen, referência internacional na conservação preventiva de bens culturais, contribuindo decisivamente para a afirmação da área como matéria disciplinar, ressalta que a conservação preventiva abrange um campo mais amplo e envolve, acima de tudo, uma profunda mudança de mentalidade na gestão do patrimônio, expandindo seu conceito para o seguinte:

É a concepção, coordenação e implementação de um conjunto de estratégias sistemáticas, organizado no tempo e no espaço com uma equipe interdisciplinar com o acordo e a participação da comunidade, a fim de preservar e divulgar a memória coletiva hoje e protegendo-a para o futuro, a fim de fortalecer a identidade cultural e elevar a qualidade de vida. (GUICHEN, 2009, p. 42, tradução nossa)

Segundo Hollós e Pedersoli Jr., “[...] um processo de seleção de prioridades em preservação deveria discutir, no mínimo, quatro questões centrais: a questão do conhecimento; a questão do sujeito; a questão do poder; a questão dos valores” (HOLLÓS; PEDERSOLI JR., 2009, p. 74). A questão do conhecimento envolve a transmissão cognitiva, ou a teoria do conhecimento, no que se constitui em conhecimento válido ou verdadeiro. Em relação à preservação, o conhecimento estaria associado à informação sobre o acervo e ao seu contexto físico, local, regional, nacional.

A esse respeito, Tomaz Tadeu da Silva esclarece:

Conhecer é atribuir sentido, dar peso, valorar. O conhecimento não existe num campo neutro, num campo livre de forças. Por isso, o conhecimento não está simplesmente ali (empirismo, positivismo) ou lá (metafísica, transcendentalismo): o conhecimento é posto, imposto – ali ou lá. Dar sentido, valorar – conhecer – são atividades que exigem, implicam a aplicação de forças. (SILVA, 2002, p. 39)

A questão do sujeito se relaciona a todos os atores envolvidos com o acervo, desde o Diretor da instituição até aqueles que atuam nas ativida-

des de higienização, de segurança e de portaria. Como essas pessoas se relacionam com o acervo, o que sabem sobre ele e suas características são aspectos fundamentais a serem ponderados. A questão do poder envolve as relações políticas ou de poder, seguindo a lógica, a hierarquização das relações nas instituições entre seus membros e o que cada setor detém em termos de poder em relação a outros setores. Cabe retomar, em outro produto científico, a produção de autores como Bourdieu e Foucault sobre a economia simbólica do poder e o biopoder, para refletir de modo mais preciso sobre as relações em museus e em bibliotecas, sem isentá-los de seus contextos mais amplos.

Em relação aos valores, estando associados a critérios para decidir o que na conduta humana é adequado ou inadequado, analogamente pode-se aplicar aos itens, aos objetos de um acervo, no caso específico, livros impressos. Uma das ferramentas que mencionam a valoração como ponto de partida para a gestão de acervos é o Gerenciamento de Riscos, metodologia que trabalha com dez agentes de deterioração do acervo, sendo eles: as forças físicas, a temperatura incorreta, a umidade relativa incorreta, os agentes criminosos, a água, o fogo, as pestes, os poluentes, a luz e a dissociação, os quais devem ser identificados e monitorados. A partir de uma avaliação abrangente e sistemática de todos os riscos para o patrimônio (desde emergências até riscos crônicos), pode-se estabelecer prioridades para ação e alocação de recursos, orientando a tomada de decisão sobre preservação.

O gerenciamento de riscos trabalha com a noção de perda de valor, ou seja, o quanto de valor perde uma obra quando afetada por um risco identificado entre os dez agentes de degradação ou pela associação de riscos em permanente contato ou em ação eventual sobre o acervo. Segundo José Luiz Pedersoli Jr. e Lorete Mattos, “na preservação do patrimônio cultural, o fator tempo é de extrema relevância. Preservamos nossos acervos para gerações futuras e temos como objetivo estender ao máximo a sua permanência e os valores que lhe estão agregados.” (PEDERSOLI JR.; MATTOS, 2013, p. 60).

Na gestão de riscos, a valoração das coleções é essencial, pois vai delimitar “[...] a importância relativa de cada objeto ou grupo de objetos dentro da coleção, afastando-se [...] da ideia de que todos os objetos têm o mesmo valor ou importância [...]”. Deve envolver também, segundo

Davi Cohen Daza e Mario Fernandez Reguera, os “[...] diferentes aspectos do funcionamento da instituição museal, como a conservação, a comunicação, a exposição e a pesquisa [...]” (COHEN DAZA; FERNANDEZ REGUERA, 2014, p. 243), permitindo estabelecer prioridades de atuação, frente a ocorrência de alguma catástrofe. Nesse sentido, a “valoração da coleção emerge como um ponto nevrálgico na difícil tarefa de planejamento, que além disso deveria incluir todas as instâncias do funcionamento da instituição e não somente as áreas encarregadas da conservação [...]” segundo afirma Cohen Daza e Fernandez Reguera (2014, p. 243).

Por ser um conceito subjetivo, a atribuição de valor a uma coleção ou item depende da perspectiva de tempo e da perspectiva do observador, levando em consideração uma das categorizações do conceito, como, por exemplo: valor de utilidade, valor estético, valor emocional e valor econômico ou de mercado. O conceito de valor vem sendo estudado por várias áreas do conhecimento, entre elas a Filosofia, a Sociologia, a Economia, as quais têm produzido enfoques diversificados. Para alguns pesquisadores, o valor é intrínseco aos objetos, para outros é o sujeito que atribui valor aos objetos, e já um terceiro grupo coloca que a valoração é o ponto de confluência dos objetos e dos sujeitos dentro de um âmbito de relações sociais, culturais e econômicas.

O valor histórico, o valor estético e o valor simbólico costumam ser designados por serem os mais representativos e gerais e por conterem outros valores. O valor de diversidade passou a vigorar, sobretudo, com ações salutareas no âmbito dos direitos humanos em museus de território e em museus com temáticas da atualidade, entre eles o museu dos memes, o qual atinge um público diverso e mantém características de interesse de determinados sujeitos. O valor histórico é atribuído aos objetos que se constituem em documentos para a construção da história nacional, regional ou local e, da mesma maneira, para o conhecimento científico, entendendo-se que os objetos também sejam fontes primárias de informação. O valor estético, por sua vez, reconhece-se nos objetos que tenham atributos de qualidade artística, de estilo e técnica. E o valor simbólico manifesta modos de ver e sentir o mundo individual e coletivo, tendo um forte poder psicológico de identificação e coesão social.

O Ministério da Cultura da Colômbia editou, em 2005, o Manual para Inventarios de Bienes Culturales Muebles, que dedica um capítulo aos

aspectos teóricos e práticos envolvidos na valoração do patrimônio cultural. O manual está baseado no conceito de que o contexto (sócio-cultural-econômico) atua como meio de encontro entre o objeto e o sujeito que valora, modela e define os valores que se atribuem a um bem. (REPÚBLICA DE COLOMBIA, 2005). Segundo Davi Cohen Daza e Mario Fernandez Reguera, para construir categorias de valoração que funcionem em cada instituição, é importante levar em conta, além da participação de diferentes públicos, alguns critérios que explicitem as características dos objetos, bem como alguns níveis de contexto que permitam entender em que tipo de campo, um objeto ou grupo de objetos pode ser importante. Dentre os critérios, os autores mencionam os seguintes: histórico, estético, científico/técnico, social/espiritual, raridade/unicidade, condições. Em relação aos níveis de contexto, referem os institucional, universal, nacional, local e grupal. (COHEN DAZA; FERNANDEZ REGUERA, 2013, tradução nossa).

O valor monetário é comumente atribuído nas coleções de museus e galerias em função dos empréstimos e comodatos, rotina comum nessas instituições, pois os outros valores são identificados no momento do tombamento e serão identificados ao longo do processo de musealização. Por isso, os gestores necessitam recorrer à aquisição de apólices de seguro com a finalidade de assegurar a integridade das suas obras. Para isso, um exame detalhado de cada obra é necessário antes de qualquer uso ou empréstimo. A pesquisadora Solange Zuñiga (2002) acrescenta ainda outras categorias de valor, ao tratar das prioridades de preservação de documentos de arquivo. É o valor associativo, quando tem relação a algum indivíduo, lugar ou grupo eminente e o valor evidencial, quando podem servir de prova legal ou histórica de uma atividade ou evento.

Outra compreensão para os processos de valoração do patrimônio – especialmente em museus e nas cidades – relaciona-se ao que estes processos representam para os grupos sociais e a sociedade na sua diversidade. A professora e socióloga Maria Cecília Londres Fonseca, em relação aos valores definidos por grupos sociais, afirma:

Esses diferentes valores atribuídos são [...] regulados por duas noções que se articulam sobre as categorias de espaço e tempo — a noção de História e a de Arte. A primeira, enquanto reelaboração do passado, a

segunda, enquanto fruição in praesentia. Nesse sentido, os bens que constituem os patrimônios culturais se propõem como marcas do tempo no espaço. (FONSECA, 1997, p. 49)

Diferentemente dos museus, nas bibliotecas, o acervo não é tratado como objeto de valor ou sujeito a proteções especiais, isso ocorre excepcionalmente, quando se trata de obras raras ou valiosas, devidamente identificadas e caracterizadas através de estudos históricos e de critérios de raridade. Jayme Spinelli e José Luiz Pedersoli Jr. indicam os seguintes aspectos a serem ponderados na valoração do acervo, em resposta a situações de emergência:

- valor econômico ou raridade do documento;
  - ser insubstituível;
  - valor especial para o cumprimento da missão ou objetivos da instituição;
  - valor científico;
  - importância para o país, cidade ou região;
  - documentos com o selo Memória do Mundo.
- (SPINELLI; PEDERSOLI JR., 2011, p. 99)

A bibliotecária e pesquisadora Ana Virgínia Pinheiro, ao tratar de critérios de raridade, afirma: “não existem investigações bibliográficas que abordem critérios de raridade [...] de forma metodológica e sistemática” ao propor em seu livro uma metodologia para o estabelecimento destes critérios (PINHEIRO, 1989, p. 19). Em se tratando de obras pertencentes a um acervo corrente, que não tem a pretensão de ser raro, a situação se torna mais complexa, mas não impossível, uma vez que tais critérios são necessários no momento de se constituir um levantamento, mesmo que seja parcial, do acervo da instituição, tendo em vista prioridades de salvamento em situações de desastres que permitam a interferência das equipes de trabalho.

A bibliotecária Célia Zaher, Diretora da Biblioteca Nacional de 1972 a 1974 e de 1997 a 2005, ao apresentar a obra de Ana Virgínia Pinheiro, faz

a seguinte observação: “[...] não se pode avaliar um documento na perspectiva de um futuro iminente; não se pode fazer ideia do valor de um documento no futuro – este juízo, normalmente, cabe à geração seguinte [...]”. No caso em questão, ao se trazer a voz de pesquisadoras de gerações diferentes na pesquisa de mestrado que deu origem a este texto, buscamos esta percepção diferenciada, a partir dos seus pontos de vista e seu conhecimento em relação ao acervo, que não necessariamente fez parte da sua trajetória, mas que é reconhecido pelo seu valor, através dos tempos (ZACHER, 1989, p. 14). Cabe ainda ponderar de que não se consegue dimensionar valor e aplicação de objetos confeccionados e utilizados em tempos distantes, pois isso significaria atribuir valores de hoje, assumindo, assim, uma postura anacrônica.

Outro aspecto que se pode acrescentar é a opinião de pesquisadores para identificar o valor que as obras têm em relação à área do conhecimento a que pertencem. Aspecto este mencionado pela pesquisadora e bibliotecária Ana Virgínia Pinheiro ao afirmar que: “a melhor metodologia é aquela desenvolvida pela própria instituição que guarda o acervo, por seus responsáveis e especialistas e por usuários.” (PINHEIRO, 1989, p. 17).

Assim, eleger critérios de valor para o acervo pode ser feito através das seguintes categorias, de acordo com a área do conhecimento a que pertencem:

**a) valor histórico**, ao identificar a coleção que descreve a história da área e da instituição;

**b) valor de memória**, para os materiais referentes às produções oriundas da instituição;

**c) valor científico**, para os materiais que marcaram determinada fase da área do conhecimento a que pertencem.

Para Ana Virgínia Pinheiro, um dos critérios para identificar raridade ou preciosidade bibliográfica, aceitos universalmente, é associar ao caráter de unicidade, atribuído ao livro, as características de:

[...] beleza tipográfica, edições limitadas, numeradas ou personalizadas, limite histórico definido pelas características artesanais; auto-

res, editores, impressores, tipógrafos e livreiros célebres; ineditismo do assunto, à luz da época em que foi abordado; carências de novas edições de obras muito procuradas; importância histórica de edições comemorativas ou contemporâneas a acontecimento de inegável relevância histórica. (PINHEIRO, 1989, p. 21)

Manuel Jose Pedraza Gracia (2018), em seu estudo sobre a representação, informação, identificação e a valoração do livro antigo, identifica quatro níveis de informação, que podem ser considerados em relação a livros antigos e a sua valoração: o nível de conteúdo puro, o nível de conteúdo formal, o nível de materialidade e o nível de exclusividade. O nível de conteúdo puro, segundo o autor, deve ser entendido em seu duplo aspecto gráfico e iconográfico, pois, além do texto, a imagem adquire uma importância marcante como transmissor de informação, como meio de comunicar ideias e conhecimento. O conteúdo formal contribui para a identificação do documento fornecendo dados fundamentais para o pesquisador acessar e recuperar a informação. A materialidade, por sua vez, refere-se aos elementos materiais do livro, como a identificação dos responsáveis pela elaboração e encadernação do próprio livro. O nível de exclusividade se aplica ao exemplar singular, em relação a anotações manuscritas, inscrições nos cortes do livro ou mesmo no seu interior, ex-libris, assinatura do encadernador ou quaisquer outras sinalizações que individualizem o exemplar.

Mesmo se tratando de uma categorização voltada para livros raros ou antigos, estes níveis de avaliação podem ser adaptados para um acervo geral, uma vez que se avalia também o conteúdo de cada obra para lhe atribuir algum valor. Pedraza Gracia (2018) ressalta também a importância do trabalho do bibliotecário por ser o responsável pela representação descritiva, detalhada e pormenorizada, de cada item do acervo, no momento de representá-lo no catálogo. Considera esta classificação como uma ferramenta útil para embasar o estabelecimento de valor no material bibliográfico, devidamente asseguradas as proporções em relação ao livro antigo.

Solange Zuñiga, em relação às prioridades de conservação, se refere aos seguintes valores:



[...] valor informacional, valor histórico, valor administrativo [...], valor associativo (quando têm relação a algum indivíduo, lugar ou grupo eminente), [...] valor evidencial quando podem servir de prova legal ou histórica de uma atividade ou evento, valor monetário (refere-se ao valor de mercado). Estes fatores cruzados com indicadores como: frequência de uso, risco e estado de conservação. (ZUÑIGA, 2002, p. 81).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os profissionais, bibliotecários e museólogos, que atuam nas instituições que abrigam acervos, são, em geral, obstinados em conservar suas coleções para as gerações futuras, assegurando condições de preservação ao acervo, através do seu olhar atento e do seu fazer diário. Possuem uma relação tão intensa com o acervo da sua instituição que têm dificuldade de desnaturalizar sua compreensão sobre a importância deste acervo, alegando, muitas vezes, que todos os itens são importantes.

Se a própria instituição deve elaborar seus critérios de valor para seu acervo, de acordo com a sua missão, ouvir a comunidade – em sua diversidade – e os especialistas é essencial para a interação necessária em relação ao tema. Ter a comunidade como aliada na compreensão do que é importante ser preservado para o futuro é comprometer e compartilhar responsabilidades frente ao patrimônio da instituição.

Conhecer o acervo, reiterar e repensar as múltiplas visadas sobre as coleções, sua constituição, sua história, sua trajetória através dos tempos, são movimentos primordiais. Só quem conhece pode avaliar e identificar valores na coleção. O valor histórico, por ser o mais amplo, vai abrigar diversas concepções do acervo como, por exemplo, obras mais antigas, obras comemorativas, obras que deram origem ao acervo, obras que demonstram a evolução da área, entre outras. Diretamente relacionado ao tempo histórico da área do conhecimento, este acervo vai atestar idade e época histórica da coleção, servindo como prova de autenticidade. Vai se aplicar aos documentos e obras que contribuíram para a construção da história da área e, da mesma maneira, para o conhecimento científico, entendendo que tais obras se constituem em fontes primárias de informação. O valor de memória, que supera as produções desenvol-

vidas pela instituição, depende de um conhecimento da cultura passada e do presente e das relações sociais da comunidade com a sua instituição.

Obras que contemplem valor artístico ou estético podem estar presentes na coleção, através de outras ricamente ilustradas, com relativo valor cultural, que tenham atributos de qualidade artística, de estilo e técnica. No entanto, também necessitam de uma avaliação pormenorizada por parte dos chamados especialistas.

O valor científico ou educacional depende de uma relação muito próxima do sujeito que valora com o acervo, pressupondo um profundo conhecimento dos autores principais de cada área, dos marcos históricos pelos quais a área passou e das diferentes contribuições ao desenvolvimento da ciência que a obra gerou. Os valores não vão se constituir em categorias permanentes, podendo, no decorrer do tempo, assumir outras categorias de valor, mediante uma avaliação permanente. Obras únicas, esgotadas, com tiragem baixa ou limitada, conduzem a uma categoria de obras excepcionalmente importantes por não serem encontradas em outras coleções.

No âmbito do gerenciamento de riscos, metodologia que auxiliou sobremaneira esta reflexão, o valor que se dá a um acervo depende da sua importância para a comunidade que dele faz uso. Então, a constituição desta metodologia abriga diversos significados buscando uma homogeneidade de opiniões entre os especialistas. Se é no contexto do acervo que se realiza a valoração, a participação da comunidade é fundamental para construir as categorias que sejam significativas e que funcionem no contexto da instituição. É necessário conhecer para valorar ou valorizar, valorizar para conservar, conservar para proteger, estendendo ao máximo a permanência do acervo em condições de pesquisa e acesso ao seu conteúdo.

Para construir categorias de valoração que funcionem em cada instituição, é importante levar em conta, além da participação de diferentes públicos, alguns critérios que explicitem as características dos itens, bem como alguns níveis de contexto que permitam entender em que tipo de campo um objeto ou grupo de objetos pode ser importante, pois a valoração dar-se-á em um ponto de convergência entre o sujeito, o objeto e o contexto. Esta imagem encerra, pois, o fato museal, no qual o sujeito

e o objeto se encontram e se veem implicados em um determinado contexto, o qual permanece em constante transformação.

## REFERÊNCIAS

BALLARTI HERNANDEZ, Josep; FULLOLA I PERICOT, Josep Maria; PETIT I MENDIZÀBAL, Maria dels Àngeles. *El Valor del Patrimonio Histórico. Complutum Extra*, v. 6, n. 2, p. 215-224, 1996. Disponível em: <revistasu-cm.es/index.php> Acesso em: 10 jul. 2017.

BOJANOSKI, Silvana de Fátima. *Terminologia em conservação de bens culturais em papel: produção de um glossário para profissionais em formação*. 2018. 292 f. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas. Instituto de Ciências Humanas. Pelotas, RS. Disponível em:

<[https://wp.ufpel.edu.br/ppgmp/files/2018/04/tese\\_Silvana\\_F\\_Bojanoski.pdf](https://wp.ufpel.edu.br/ppgmp/files/2018/04/tese_Silvana_F_Bojanoski.pdf)> Acesso em: 05 maio 2019.

BRANDI, Cesare. *Teoria da restauração*. 3. ed. Cotia : Ateliê Editorial, 2008.

CAPLE, C. *Conservation skills: judgement, method and decision making*. London : Routledge, 2000. apud ZANCHETTI, 2014

COHEN DAZA, Davi ; FERNÁNDEZ REGUERA, Mario Omar. *Valoração: implicações para a gestão de riscos, a conservação e o manejo das coleções*. In: Seminário-oficina em Valoração de Acervos Museológicos, 1., 2012, Brasília. Ensaios... Brasília: Programa Ibermuseus, 2014. p. 242-248.

COHEN DAZA, Davi ; FERNANDEZ REGUERA, Mario Omar. *Valoración de colecciones: una herramienta necesaria para la gestión de riesgos de las colecciones*. Bogotá : Programa Fortalecimiento de Museus, Museo Nacional de Colombia, 2013.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS (ICOMOS). *Carta de Burra*. 1980. Disponível em: <<portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Burra%201980.pdf>> Acesso em: 18 jul. 2018.

CUTY, Jeniffer Alves. *Revisando a dimensão conceitual e política da cultura de preservar cidades*. In: FRANÇA, Maria Cristina C. de C.; LOPES,

Cicero Galeano; BERND Zilá. *Patrimônios memoriais: identidades, práticas sociais e cibercultura*. Porto Alegre: Movimento, 2010. p. 126-141.

CUTY, Jeniffer; CARDOSO, Eduardo (org.). *Acessibilidade em Ambientes Culturais*. Porto Alegre: Marcavisual, 2012.

CUTY, Jeniffer; NISSINEN, Daniela Mei Lipp; WEYH, Osmar. *Audiotextos científicos para todos: estudos teórico-metodológicos em direitos humanos e inovação*. In: Renote: Novas Tecnologias na Educação, Porto Alegre, v. 17, n.2, ago. 2019.

DARRAS, Bernard. *As várias concepções da cultura e seus efeitos sobre o processo de mediação cultural*. In: BARBOSA, Ana Mae ; COUTNHO, Rejane Galvão (Org.). *Arte/Educação como mediação cultural e social*. São Paulo: Unesp, 2009. p. 23-52.

FONSECA, Maria Cecilia Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1997.

GONÇALVES, Willi de Barros; ARAÚJO, Diná Marques Pereira; FERREIRA, Carolina Concesso. *Uso de critérios de raridade e valoração de acervo no gerenciamento de riscos em acervos bibliográficos raros e especiais*. In: ENCONTRO NACIONAL DE ACERVO RARO, 10., 7-8 nov. 2012, Rio de Janeiro. [Anais...] Rio de Janeiro, 2012.

GUICHEN, Gâel de. *Medio siglo de conservación preventiva : entrevista com Gâel de Guichen*. GE-Conservación, Madri, n. 0, p. 35-44, 2009. Entrevista realizada por el Comité Científico Técnico del GEIC (Marisa Gómez y Benoît de Tapol).

HOLLÓS Adriana Cox; PEDERSOLI JR., José Luiz. *Gerenciamento de riscos: uma abordagem interdisciplinar*. *Jornal Acesso*, Salvador, v.3, n.1, p. 72-81, abr. 2009.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Patrimônio material*. Brasília, c2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276>> Acesso em: 11 jul. 2017.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS. *Committee for Conservation. Terminology to characterize the conservation of tangible cultural heritage*. 2008. Disponível em: <<file:///C:/Users/Admin/Downloads/ICOM->

-CC%20Resolution%2000n%20Terminology%20English.pdf> Acesso em: 15 jul. 2018.

MATTOS, Lorete. *O encontro da conservação de bens culturais e a Psicanálise: uma metáfora possível*. Conversaciones..., Cidade do México, n. 5, p. 363-377, jul. 2018.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. *A pesquisa no museu como produção de conhecimento original*. In: Seminário Sobre Museus-casas: pesquisa e documentação, 4., 2002, Rio de Janeiro. Anais ... Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002. p. 17-48.

OGDEN, Sherelyn. *Planejamentos para preservação*. In: OGDEN, Sherelyn; GARLICK, Karen. *Planejamento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, 2001. P. 7-15. (Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, 30-32).

PEDERSOLI JUNIOR, José Luiz ; MATTOS, Lorete. O Gerenciamento de riscos em acervos. In: ARISTIMUNHA, Cláudia Porcellis ; FAGUNDES, Lígia Ketzer ; MATTOS, Lorete (Org.). *Preservação de Patrimônio Cultural*. Porto Alegre: Museu da UFRGS, 2013. p. 58-75.

PEDRAZA GRACIA, Manuel Jose. *Representacion, informacion, identificacion y valoracion del libro antiguo: bibliotecários e investigadores ante un problema comum*. SCIRE: representación y organización del conocimiento, ZARAGOZA, v. 24, n. 1, p. 23-34, ene./jun. 2018.

PINHEIRO, Ana Virgínia Teixeira da Paz. *Que é livro raro: uma metodologia para o estabelecimento de critérios de raridade bibliográfica*. Rio de Janeiro: Presença, 1989.

PRIMO, Judite. *Museologia e Patrimônio: documentos fundamentais – organização e apresentação*. Tradução de Marcelo M. ARAÚJO e Maria Cristina BRUNO. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, n. 15, p. 95-104, 1999.

REPUBLICA DE COLOMBIA. MINISTERIO DE CULTURA. DIRECCIÓN DE PATRIMONIO. *Manual para inventários de bienes culturales muebles*. Bogotá, 2005.

RIEGL, Alois. *O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem*. São Paulo: Perspectiva, 2016.

SILVA, Tomás T. da. *Dr. Nietzsche, curricularista: com uma pequena ajuda do Professor Deleuze*. In: MOREIRA, Antonio; MACEDO, Elizabeth F. (orgs.) *Currículo, práticas pedagógicas e identidades*. Porto: Porto Editora, 2002. p. 35-52.

SPINELLI, Jayme; PEDERSOLI JR., José Luiz. *Biblioteca Nacional: plano de gerenciamento de riscos, salvaguarda e emergência*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2011.

ZAHER, Celia Ribeiro. Apresentação. In: PINHEIRO, Ana Virgínia Teixeira da Paz. *Que é livro raro: uma metodologia para o estabelecimento de critérios de raridade bibliográfica*. Rio de Janeiro: Presença, 1989. p. 13-15.

ZANCHETTI, Silvio Mendes. *A Teoria contemporânea da conservação e a arquitetura moderna*. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2014. (Textos para Discussão, v. 58)

ZUÑIGA, Solange. *A importância de um programa de preservação em arquivos públicos e privados*. Registro: Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba, Indaiatuba, v.1, n. 1, p. 71-89, jul. 2002.